

Dos cacos à construção: o pensar projetual no bairro histórico do Bixiga

Antonio A. Fabiano Junior

Professor. Universidade Presbiteriana Mackenzie

Bruna Donegá Alves

Estudante. Universidade Presbiteriana Mackenzie

Bruna Felde Giusti

Estudante. Universidade Presbiteriana Mackenzie

Lizete Maria Rubano

Professor. Universidade Presbiteriana Mackenzie

Abstract

O trabalho que segue, é um relato crítico desta experiência, ainda em curso, cuja premissa se funda na perspectiva da construção de metodologia de projeto, a partir de experiência que coloca em discussão hipóteses projetuais – urbanas e arquitetônicas, aqui entendida como indissociáveis – tendo por base processos de aproximação às camadas sociais da história (tempo de ocupação, modo de vida, uso do espaço público, participação institucional) preenchida por circunstâncias e especificidades locais. Essas práticas propositivas discutem, acima de tudo, o direito ao espaço habitado, capaz de transformar a cidade em espaço de experiência política, valorando a produção de conhecimento para a sociedade, por meio do balizamento do debate social como ferramenta de discussão, produção e atuação do cidadão na busca pela cidadania de todos.

Neste sentido, ou melhor, na busca de um sentido, são experimentadas formas de vida pela ocupação das ruas como dispositivos projetuais em processos importantes que retomam o espaço de direito. Assim, a construção de resistência e projeto, que vai de encontro à criação de uma mudança de imaginário por meio de tomada de consciência, a partir do (re)conhecimento pela própria constituição do direito à cidade (LEFEBVRE, 1981), através da memória e construção desta memória, se faz urgentemente necessária.

O Bixiga como território inaugural *Processos de aproximação em um território*

O Bixiga é um território histórico de conflitos múltiplos - econômico, político, cultural e social -, delimitado e norteado, como a própria constituição urbana, pela lógica do desenho regido pelo capital, na violência da disputa pelo espaço urbano, muitas vezes à revelia de suas camadas de modo de vida, uso do espaço público, tempo de ocupação e participação institucional. Dessa forma, tal território, assim como todo território urbano recheado de infraestrutura - facilidade de acesso ao transporte público; oferta de equipamentos de saúde, transporte, educação, cultura e lazer; proximidade e possibilidade de relações de trabalho formal e informal e presença de redes infraestruturais como água, esgoto, luz e lixo - e de, portanto, interesses econômicos, se constitui como palco de todos os tipos de conflitos urbanos, os quais não são mascarados, mesmo frente às ações impetuosas e truculentas tanto do capital quanto do Estado. É visível que os direitos na cidade se apresentam em áreas centrais, o que não se constitui é a cidade como direito para todos. Coloca-se aí a leitura do espaço enquanto fonte de poder e lucro na radicalização de um processo neoliberal. A concentração de poder – característica de instância primeira do Estado – quando atrelada a poderes de interesses privados, gera não somente a potencialização da desigualdade, mas também se apresenta como instrumento para sua criação por meio de sempre novas reinvenções, permitindo, assim, duas perversas ações: a intensificação de ocupações em franjas urbanas e áreas ambientalmente frágeis, e a luta por ocupação em vazios centrais, em áreas dotadas de infraestrutura, trabalho e vida urbana, ou seja, ambos provenientes pelo nó da terra (MARICATO, 2011) e pelo patrimonialismo



Imagem 1. Atividade no Mumbi, São Paulo, 2018. Mosaico EMAU.

(SCHWARTZ, 2019). Falamos neste caso, principalmente, da segunda e cruel perversão.

A ocupação do Bixiga a meia encosta guarda características culturais mais profundas do que as fachadas de suas casas antigas podem nos (nós) revelar. Dentro do território da Bela Vista, a área nasceu do processo de expansão urbana da cidade, reunindo negros, nordestinos, imigrantes italianos e, mais posteriormente, árabes. É casa das cantinas italianas, da Festa da Achiropita, dos teatros, dos bares e da Saudosa Maloca de Adoniran Barbosa, mas, principalmente, dos movimentos sociais e dos atos de ocupação e apropriação de suas ruas pela arte e pela cultura, através de suas manifestações de luta na constituição de um espaço de resistência (HARVEY, 2014), na busca por permanecer em área, hoje reconhecida como central, próxima à estruturas vitais para uma possível qualidade de vida social urbana.

Esta área, constituída de tais e tantos outros conflitos, se apresenta como campo de interseção e investigação da prática de pensar e repensar o lugar do ato projetual como intermediação de propor o urbano como território para todos, a partir de atuação de parceria acadêmica-comunidade, uma vez que o poder do tempo da história está justamente no fato de sua representação mental da existência, como resultado de uma consciência diante das transformações das coisas e, conseqüentemente como deformação que nos move, manifestação e expressão do tempo relativo em todos nós, através da mobilização social e engajamento da comunidade, na luta pela conservação dos espaços habitados, apostando na dissolução de muros que separam as perguntas das respostas para o entendimento da não dicotomia entre

práxis e teoria, em direção a relações de solidariedade, justiça social e compromisso cívico.

Para tanto é criado o grupo colaborativo de mobilização social intitulado “Laboratório Fábrica de Restauro” para discutir patrimônio histórico - material e imaterial -. Tendo o Bixiga como território piloto, podendo ser desenvolvido em diversos outros territórios, configura-se na criação de equipe transdisciplinar com a atuação de moradores da área, pesquisadores universitários, ONGs e coletivos, tendo como enfoque o estudo, a discussão, a proposição e a ativação do patrimônio constituído por meio do tempo, relativos às questões territoriais do bairro, através da constituição de consciência de valor do entendimento do espaço, como o lugar do comum (DARDOT; LAVAL, 2017). Através da observação da vida como atividade cotidiana, no desejo de pensar a cidade como chamamento que incita a reflexão e a ação, a constituição de hipóteses propositivas visam tornar-se instrumentos de compreensão a uma possível interação da população em mais um processo efetivo de criação de projeto coletivo, na medida em que se apresenta como ferramenta de construção de paisagem para a vida, a partir da percepção e reconhecimento da potência de espaços como lugares de construção de territórios de falas e de escutas, capazes de propiciar vocações de lutas coletivas.

Dentre o grupo Fábrica de Restauro, se encontra o Mosaico, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – EMAU, da FAU Mackenzie, projeto desenvolvido pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo –

FeNEA, implantado por alunos há 14 anos, cujo principal objetivo é trabalhar em parceria com a sociedade civil no assessoramento de demandas sociais, arquitetônicas e urbanísticas de comunidades organizadas, sendo instrumento importante para a formação acadêmica, profissional e social dos envolvidos (FENEA, 2006). Muitos já foram os trabalhos realizados pelo escritório modelo (Grupo de Trabalho- Amazônia; GT- APAE; GT- Vila Itororó; GT- Santa Moradia; GT-Cortiços, entre outros) e, atualmente, o escritório também desenvolve trabalhos para a Fábrica de Restauro do Bixiga, para o assentamento do MTS Milton Santos em Americana, na favela de Heliópolis com o GT Unas e no centro para o movimento do Hip Hop chamado GT Bocada Forte, ambos em São Paulo. O grupo tem como uma de suas propostas atuar como mediador da discussão da população no sentido de identificação de patrimônios, considerando o tangível a partir do intangível que é, em si, o que dá importância ao patrimônio como memória cultural ativa na vida das pessoas.

Fábrica de Restauro e Mosaico EMAU

Ensaio prático de uma concepção metodológica

O trabalho que segue, é um relato crítico desta experiência, ainda em curso, cuja premissa se funda na perspectiva da construção de metodologia de projeto, a partir de experiência que coloca em discussão hipóteses projetuais – urbanas e arquitetônicas, aqui entendida como indissociáveis – tendo por base processos de aproximação às camadas sociais da história (tempo de ocupação, modo de vida, uso do espaço público, participação institucional) preenchida por circunstâncias e especificidades locais. Essas práticas propositivas propostas discutem, acima de tudo, o direito ao espaço habitado, capaz de transformar a cidade em espaço de experiência política, valorando a produção de conhecimento para a sociedade, por meio do balizamento do debate social como ferramenta de discussão, produção e atuação do cidadão na busca pela cidadania de todos.

Enxergando possibilidades ao projeto frente às novas tarefas de forma outra, utilizando a condição urbana e social encontrada como matrizes de pensamento, a atuação no território partiu do Mumbi, Museu do Bixiga, identificado como espaço que expressa, a partir de seu acervo, a história cotidiana do bairro, visando concretizar o espaço do museu como centro



Imagem 2. Discussão de projeto, São Paulo, 2019. Mosaico EMAU.

político de declaração pública de fundamentos nascido das inquietações das vozes do território. Para o projeto, o papel de centro irradiador de toda a área como uma ágora grega, atribui à cidade forma humana e se anuncia como catalisador de transformação social para o Bixiga, não apenas como ponto exemplar, mas como experimento sistêmico (LOOTSMA in MAAS, 2008). Dessa maneira as discussões da ideia de atuações de ponto em rede agem como formadoras da identidade do sujeito que vive e faz o Bixiga e deve ser tomada pelo ponto de vista cultural.

Para tanto, fundamentos orientadores, como pressupostos da metodologia, são empregados:

1. Pesquisa e Localização de agentes potentes atuantes no Bixiga que tenham como premissa a procura da constituição de espacialidades à procura de um projeto de um outro futuro (justo, coletivo e público), cuja vontade vai em direção à essência do espaço para surgimento da vida como cotidiano do lugar;
2. Produção de Cartografias a partir das discussões geradas com os agentes, para a construção de Rede Resiliente sobre o que é patrimônio, a partir dos movimentos e vidas das pessoas. Entende-se que a investigação, a partir do contato e construção direta com os sujeitos atuantes na área, faz parte da proposição prática de projeto, uma vez que a partir delas são levantadas hipóteses de investigação e, portanto, atuação.
3. Criação de projetos conjuntos com os agentes mapeados como instrumentos de luta, mediação, emancipação, experimentação, prática de hipóteses da experiência e negociação para a constituição do comum, numa prática de reinvenção política do projeto, como possível ação de reparação, processos de pertencimento e

instrumentos de resistência na hipótese da constituição de um movimento de mudança.

Algumas ações já foram executadas:

1. Para o Mumbi, foi proposto projeto em duas etapas (custo zero e custo mínimo) no ano de 2018, tendo sido feito o primeiro de forma integral e o segundo de forma parcial. Entende-se por custo zero: levantamento do mobiliário existente; proposição de lay out com o mobiliário existente, seguindo a ideia de uso (administrar, expor, guardar e discutir); proposição de curadoria seguindo os valores dos frequentadores do museu a partir de consulta feitas pelos visitantes e a criação de novas disposições a partir de conversas com os frequentadores com 4 trocas anuais. Para o custo mínimo foram predados micropontos de melhora espacial como melhora para funcionamento dos banheiros, projeto elétrico e reparo na cobertura.

2. Criação de “marca-manifesto” para a Fábrica de Restauo, no primeiro semestre de 2019. Entende-se por “marca-manifesto” identidade visual usada como ferramenta de divulgação e declaração de intenções, posicionamento, motivos e pontos de vista. Três critérios fundamentais foram levados em consideração: Identidade, como elemento de inclusão, pertencimento e reconhecimento; Engajamento e Apropriação, como elemento de compromisso e Representatividade e História, como elemento de significação e ressignificação.

3. Participação na Jornada do Patrimônio em São Paulo, no segundo semestre de 2019, com a proposta de deriva no território, onde os participantes construíram cartografias coletivas de suas percepções empíricas (pregressas e da vivência proposta), na busca por encontrar instrumentos do que é patrimônio a partir da lógica da percepção do corpo no espaço, como articulador e ativador de também mudanças sociais. Através da observação da vida como atividade cotidiana, no desejo de pensar a cidade como chamamento que incita a reflexão e a ação, as cartografias produzidas viraram instrumentos de compreensão a uma possível interação da população em mais um processo efetivo de criação de projeto coletivo, na medida em que se apresentaram como instrumento de construção de paisagem para a vida. As cartografias resultantes buscaram a leitura de aspectos de vida urbana, com suas complexidades e contradições, em interpolações entre os usos e seus territórios, através do reconhecimento/identificação dos aspectos

físicos e das possíveis ações feitas pelas ações humanas dos participantes.

4. Construção de curso optativo dentro da Faculdade de Arquitetura do Mackenzie, em parceria com professores e a arquiteta portuguesa Ligia Nunes da Ong internacional Arquitetura Sem Fronteiras. A atividade, em curso no segundo semestre de 2019, criou parceria com a Escola Estadual Maria José para construção de atuação urbana nos arredores da instituição, em parceria com os alunos do ensino médio.

5. Criação de cartilha de propostas pelo bairro, em curso no segundo semestre, como elaboração de conteúdos de pesquisa projetual, para ir de encontro à superação da simulação do exercício para o aprendizado de arquitetura como maneira de circunscrever uma realidade factível para o projeto acadêmico, como balizamento do debate social visando o entendimento do projeto como ferramenta de discussão, produção e atuação do cidadão na busca pela cidadania de todos. A cidadania enquanto transitoriedade permanente é posta como alcance enquanto revisão de direitos a partir de um processo de discussão do desenvolvimento urbano na região.

6. Construção de parceria com o Sesc SP para criação de agenda de cursos livres, como outras formas de conhecimento, sobre capacitação de saberes e fazeres relacionados ao patrimônio e sua conservação, na busca pela constituição de tecido de tramas sociais capaz de transformar territórios em desejos comuns.

Não é difícil perceber a formulação de resistência nos momentos elencados, tornando-os representativos de uma ordem de pensamento que deve ser enfatizada, promovida e tornada visível enquanto questão vital para a existência de seu assunto em questão. Importa perceber também que a relação de mútua implicação entre o desenvolvimento das ações e a própria existência da ideia de se pensar um projeto como um melhor desejo de futuro ainda são experimentadas e vivenciadas em processo constante. Neste sentido, ou melhor, na busca de um sentido, são experimentadas formas de vida pela ocupação das ruas como dispositivos projetuais em processos importantes que retomam o espaço de direito. Assim, a construção de resistência e projeto, que vai de encontro à criação de uma mudança de imaginário por meio de tomada de consciência, a partir do (re)conhecimento pela própria constituição do direito à cidade (LEFEBVRE, 1981), através da memória e construção desta memória, se faz urgentemente necessária.



Imagem 3. Jornada do Patrimônio, São Paulo, 2019. Mosaico EMAU.

Endnotes

1. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2017.
2. FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO. *POEMA: Programa de Orientação de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo*. Goiânia, Brasil, 2006.
3. HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
4. LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1981.
5. MAAS, Winy (ed.). *Reading MVRDV*. Roterdã: Nai Publishers, 2008.
6. MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
7. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.